

Í N D I C E

A S S U N T O	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – Março/2009	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. <u>Regulares</u>	2
b. <u>Irregulares</u>	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. <u>Execução Orçamentária</u>	3
b. <u>Execução Financeira</u>	3
- Multas – TCU – Valor – Alteração	3
c. <u>Execução Contábil</u>	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	3
3) Custos	3
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	3
- Publicação de Resultados de Licitação no DOU.	3
e. <u>Pessoal</u>	4
1) Despesas com Movimentação de Pessoal	4
2) Pagamento de Ajuda de Custo, Indenização e Transporte, Diária e Passagem	5
f. <u>Controle Interno</u>	6
- Cadastramento para acesso ao SIAFI	6
g. <u>Visita de Auditoria</u>	6
h. <u>Convênios</u>	7
2. Recomendações sobre Prazos	7
3. Soluções de Consultas	7
a. Adicional de Habilitação	7
b. Adicional de Habilitação devido a concludentes do CFO/EsAEx com Grau em Especialização	7
c. Exploração Econômica de Patrimônio Imobiliário (Edifício Garagem do H Ge R)	7
d. Imposto de Renda – (IRPF) – Isenção para Ex-combatente - Cabimento	7
e. Inclusão no CADIN	7
f. Militar que comparecer à Justiça Militar têm direito a passagem.	7
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	8
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	8
b. <u>Orientações aos Agentes da Administração</u>	8
1) Remessa de Certidão de Óbito	8
2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS	8
3) Orientação da Advocacia Geral da União “AGU” A/1 E A/2 – SEF	9
c. <u>Mensagens Expedidas</u>	12
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	13
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	13
Anexo.:	
“A” – Julgados do TCU	15



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “MARÇO/2009”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspetoria registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **MARÇO/2009**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

[illegible]

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar

b. Execução Financeira

Multas – TCU – Valor – Alteração

Esta U Ct Intr participa às suas UG vinculadas que o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Port nº 96, de 26 jan 09 (Publicada na Seq nº 1, página 74, do DOU, de 28 jan 09), fixou para o exercício de 2009 em R\$ 34.825,94 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos), o valor máximo da multa a que se refere o Art 58, “caput”, da sua Lei Orgânica (Lei nº 8.443/92).

A citada multa é aplicável aos administradores considerados responsáveis em virtude da ocorrência dos seguintes fatos:

- 1) Contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do § único do Art 19 da citada Lei.
- 2) Ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- 3) Ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário.
- 4) Não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do relator ou a decisão do Tribunal.
- 5) Obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas.
- 6) Sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo TCU.
- 7) Reincidência no descumprimento de determinação daquela corte de contas.

Ressalta-se que, de acordo com o “caput” dos Art 57 e 59 da citada Lei, quando o responsável for julgado em débito o TCU poderá aplicar-lhe multa de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano causado ao erário, e se esta for paga após o seu vencimento será atualizada monetariamente na data do efetivo pagamento.

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

c. Execução Contábil

- 1) Contas Contábeis
- Nada a considerar
- 2) Patrimônio
- Nada a considerar
- 3) Custos
- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

Publicação de Resultados de Licitação no DOU – A/2-SEF

Msg SIAFI nº 2009/0265169, de 05 Mar 09

Ref: Of nr 069-A/2-circular, de 09 Jul 08, destinado às ICFEx.

1. Tendo em vista racionalizar e padronizar as publicações de resultados de licitações no DOU, inclusive visando minimizar os custos correspondentes, a SEF, por meio do documento da referência, orientou todas as UG, por intermédio das ICFEx, sobre o assunto.

2. Entretanto, em alguns casos a Imprensa Nacional tem se recusado a fazer a solicitada publicação, argumentando insuficiência dos dados previstos nas normas em vigor, particularmente em licitações realizadas por meio do Sistema de Registro de Preços (pregão e concorrência).

3. Do exposto, recomendo às UG que ao remeterem os resultados de licitação para serem publicados no DOU, consignem, no mínimo, as informações a seguir:

"- licitação - pregão ou concorrência, número e ano, exemplo:

(pregão nº 001/2009);

- nome da(s) empresa(s) vencedora(s), indicando os itens ganhos, exemplo: (itens 01 a 05, 07, 08 a 16, etc) e valor total dos itens, conforme resultado da licitação - SRP;

- nome e posto/graduação do pregoeiro."

4. Em consequência, torno sem efeito a orientação contida na letra c. do documento da referência.

5. As ICFEx deverão publicar as presentes orientações no seu próximo Boletim Informativo.

Brasília - DF, 05 de março de 2009

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO

Subsecretário de Economia e Finanças

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

e. Pessoal

1. Despesas com Movimentação de Pessoal

Em atenção à consulta formulada pela 12ª ICFEx, versando sobre o assunto e epígrafe, o Subsecretário de Economia e Finanças expediu o ofício a seguir transcrito:

“MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Of nº 14-A/2. Brasília, 5 de março de 2009. **Do:** Subsecretário de Economia e Finanças. **Ao:** Sr Chefe da 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército. **Assunto:** despesas com movimentação de pessoal. **Ref:** Of nº 07-S1/12ª ICFEx, de 11 Fev 09.

1. Trata o presente expediente de atender consulta acerca dos procedimentos para pagamento de despesas com movimentação de pessoal.

2. Com fulcro na exposição contida no documento da referência, esta Secretaria, após estudar o assunto sob o aspecto técnico-normativo resolveu considerar o que se segue:

a. os processos de solicitação de transporte e de ajuda de custo deverão ser arquivados na Seção de Pessoal, por se tratar de documentos de geração de direitos remuneratórios de pessoal.

b. é de responsabilidade do Setor de Pessoal a confecção do Mapa Demonstrativo da Despesas – MDD, no SIPEO, cabendo ao Setor Financeiro somente a responsabilidade pelo pagamento, de acordo com as atribuições previstas nos arts. 32 e 34 do Regulamento de Administração do Exército (RAE).

c. somente o MDD deverá ser encaminhado à Seção de Conformidade dos Registros de Gestão, por se tratar de documento hábil que irá comprovar e retratar as operações realizadas (empenho, liquidação e pagamento) no SIAFI.

3. Tendo em vista que os procedimentos para elaboração e execução dos planejamentos referentes à movimentação de pessoal estão sendo implantados no corrente exercício financeiro, informo a essa Chefia que os aspectos abordados no item anterior estão sendo objeto de inclusão nos trabalhos em desenvolvimento, nesta Secretaria, para atualização da Portaria nº 009-SEF, de 13 de dezembro de 1999.

Gen Div MÁRCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças.

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

2. Pagamento de Ajuda de Custo, Indz Trnp, Diária e Passagem

Msg SIAFI nº 2009/0280739, de 10 Mar 09

Do Chefe da DIORFA/DGP

Ao: Sr Ordenadores de Despesas

Ref: mensagem 2009/0070755, de 06 Mar 09.

1. Reitero determinação deste Órgão na mensagem da referência sobre execução do pagamento de diárias, passagens e movimentação de pessoal (ajuda de custo e indenização de transporte) como se segue:

a. está proibida a utilização de lista de credores (LC) para pagar as despesas acima mencionadas;

b. os pagamentos deverão ser feitos, por meio de Ordem Bancária individual;

c. quando servidores e/ou militares fizerem jus à ajuda de custo e à indenização de transporte, os pagamentos aos mesmos deverão ser efetuados separadamente, ou seja, deverá ser emitida uma OB para um CPF para pagar a Aj custo e outra OB para o mesmo CPF para pagar a Indz Trnp, observando-se, ainda, o contido na letra *a.* desta mensagem (proibição na emissão de LC); e

d. o campo "observação" deverá ser preenchido com as palavras iniciais: ajuda de custo, quando a OB tratar deste recurso. Quando se tratar de Indz Trnp, diária ou passagem, repetir este procedimento.

Somente após a digitação destas palavras, outras informações poderão ser digitas no campo observação.

2. A referida determinação objetiva permitir o fornecimento de dados para o Banco de Informações Estratégicas e Gerencial do MD (BIEG).

RONALDO LOBATO POSADA - Cel
Chefe da DIORFA/DGP

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

f. Controle Interno**Cadastramento para acesso ao SIAFI – A/2-SEF****Msg SIAFI nº 2009/0306905, de 16 Mar 09**

Do: Subsecretário de Economia e Finanças

Aos: senhores ordenadores de despesas

Rfr: - Instrução Normativa nº 03-STN, de 23 maio 01;

- Norma de Execução nº 01-STN, de 13 Jun 01;

- Macrofunção 02.08.02 - roteiro de cadastramento, do manual SIAFI;

- Portaria nº 015, de 16 Jan 04 (R-25);

- Portaria nº 008-SEF, de 31 Mar 04 (Regimento Interno da SEF); e

- Portaria nº 050, de 10 Fev 03 (R-29).

1. Trata o presente expediente sobre cadastramento para acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

2. Tendo em vista que esta Secretaria vem recebendo muitas solicitações de cadastramento e habilitação para acesso ao SIAFI, pelas UG do Comando do Exército, a SEF esclarece o seguinte:

a. o acesso ao SIAFI somente é efetuado após o prévio cadastramento e habilitação dos usuários por meio do Sistema de segurança, navegação e habilitação do SIAFI (Senha).

b. para cadastramento no Sistema Senha, devem ser informados os dados pessoais do operador, a UG na qual está lotado, o nível de acesso e o **perfil** correspondente a sua área de atuação, **compatível com a função que exerce**. Para tanto, deverá ser utilizado o formulário 1 (disponível no sítio http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/cadastro_habilitacao.asp), ou por meio eletrônico em uso pelas Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), autorizado pela SEF.

c. é de competência desta Secretaria o cadastramento e a habilitação dos cadastradores regionais das ICFEx; e o credenciamento para acesso ao SIAFI e senha-rede, dos usuários integrantes das demais OMDS da SEF, quais sejam: DGO, DAud, CPEx e DCont.

d. é de competência das ICFEx o cadastramento e a habilitação dos operadores das UG - nível de acesso 1 (um) - e a ela vinculadas, por meio dos seus cadastradores regionais.

e. os problemas de cadastramento e habilitação não solucionados, são encaminhados à SEF, pelas ICFEx.

3. Em função do acima exposto, esta Secretaria informa que as Unidades Gestoras Executoras (UGE) e as Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) devem solicitar diretamente às suas ICFEx de vinculação, o cadastramento e habilitação no Sistema Senha.

Brasília, DF, 16 de março de 2009.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO

Subsecretário de Economia e Finanças

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Adicional de Habilitação

UG de Origem	Documento de Resposta
EsAEx/CMS	Ofício Nº 122 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 11 Mar 09.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- A consulta versa sobre pagamento do adicional de habilitação no percentual de 25% do soldo.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

b. Adicional de habilitação devido a concludente do CFO/EsAEx com Grau em Especialização

UG de Origem	Documento de Resposta
	Ofício nº 129-A1/SEF, 18 de março 2009.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Questionando qual o adicional de habilitação devido a concludente do CFO/EsAEx com Grau em Especialização.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

c. Exploração Econômica de Patrimônio Imobiliário (Edifício Garagem do H Ge R)

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª RM/7ª DE	Ofício Nº 147 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 02 Abr 09.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- A consulta versa sobre Exploração Econômica de Patrimônio Imobiliário (Edifício Garagem do H Ge R).	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio : http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

d. Imposto de Renda – Isenção para Ex-combatente - Cabimento

UG de Origem	Documento de Resposta
Gab Cmt Ex	Ofício nº 108-Asse Jur/9 (A1/SEF, de 05 de março de 2009
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Pleito de ex-combatente acerca de não incidência do Imposto de Renda sobre sua pensão.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

e. Inclusão no CADIN

UG de Origem	Documento de Resposta
D Aud	Of nº 107-A1/SEF, 04 de março 2009
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Remetendo parecer sobre a necessidade de inclusão no CADIN dos responsáveis por débitos em valor superior a R\$ 1.000,00, precedida, em todo caso, de processo administrativo.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

f. Justiça Militar

UG de Origem	Documento de Resposta
8ª ICFEx	Of nº 126-A1/SEF, 17 de março 2009
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Questionando se os militares obrigados a se deslocar de uma localidade para outra, para comparecer perante a Justiça Militar têm direito à passagem	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	ONDE ENCONTRAR	OBSERVAÇÕES
Port nº 10 – SLTI – MPOG, de 22 Dez 08 – Atualiza os valores para contratação e repactuação de serviços de limpeza e conservação.	DOU nº 249, de 23 Dez 08 (Pag 156) www.in.gov.br	Tomar conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração

1) Remessa de Certidão de Óbito

MSG SIAFI nº 2009/0169018, de 05 Fev 09, da SEF)

Do: Chefe do Centro de Pagamento do Exército

A: todas unidades gestoras

Referência: Msg SIAFI 2008/0298662, de 14 Mar 08, do CPEx

1. Trata o presente expediente de exclusão de militar na ativa, na inatividade e pensionista militar do SIAPPES, por óbito.

2. Sobre o assunto e em atenção ao contido no documento da referência, este Centro ratifica a solicitação de que, ao efetuar a exclusão por óbito, via FAP digital, seja enviada a este Centro, por ofício, cópia legível da respectiva certidão de óbito. Complementares necessárias à quitação de saldo devedor dos empréstimos consignados em folha de pagamento pelas entidades consignatárias, evitando, desta forma, transtorno e prejuízos à família militar.

ROBERTO CARLOS MOREIRA SILVA- TC
Ordenador de Despesas do CPEx
(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS - A/2

MSG SIAFI nº 2009/0205493, de 16 Fev 09

Do: Subsecretário de Economia e Finanças

Aos: senhores Ordenadores de Despesas

1. Informo a todos os ordenadores de despesas (OD) que a Controladoria-Geral da União – CGU implantou o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o qual contempla relação de empresas punidas pela prática de irregularidades em licitações, fraudes fiscais ou no cumprimento de contratos, firmados com a Administração pública em geral.

2. O CEIS é acessível por meio do portal da transparência, mantido pela CGU no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/> à disposição de todos os órgãos interessados, quando da realização de procedimentos licitatórios ou novas contratações, cabendo lembrar, ademais, que, dado o caráter essencialmente dinâmico das informações ali contidas, as respectivas consultas deverão ser realizadas sistematicamente, e não apenas de forma esporádica.

Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2009.
Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças
(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 11ª ICFEx)

3) Orientação da Advocacia Geral da União “AGU” A/1 E A/2 – SEF

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI nº 20090449818 e 2009/0449886, de 22 Abr 09, da SEF.

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: ORIENTAÇÕES NORMATIVAS/AGU NOS 1 A 26, DE 01 ABR 09, PUBLICADAS NA SEÇÃO 1, PÁGINAS 13 A 15, DO DOU Nº 66, DE 07 ABR 09.

1. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU ACERCA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2. COM FULCRO NOS DOCUMENTOS CITADOS NA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR, A SEGUIR, SOB A FORMA DE EMENTAS, OS ASSUNTOS NORMATIZADOS PELA AGU.

A. DISPENSA DE LICITAÇÃO:

1) A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI;

2) NÃO SE DISPENSA LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NOS INCS. V E VII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CASO A LICITAÇÃO FRACASSADA OU DESERTA TENHA SIDO REALIZADA NA MODALIDADE CONVITE;

3) EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE EXERÇA ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO SE ENQUADRA COMO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA OS FINS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO INC. VIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993; E

4) OS CONTRATOS FIRMADOS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO COM BASE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PREVISTA NO INC. XIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEVEM ESTAR DIRETAMENTE VINCULADOS A PROJETOS COM DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO E COM PRAZO DETERMINADO, SENDO VEDADAS A SUBCONTRATAÇÃO; A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS OU DE MANUTENÇÃO; E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES PERMANENTES DA INSTITUIÇÃO.

B. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

1) A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NA INEXIGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 25, INC. I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, É RESTRITA AOS CASOS DE COMPRAS, NÃO PODENDO ABRANGER SERVIÇOS;

2) COMPETE À ADMINISTRAÇÃO AVERIGUAR A VERACIDADE DO ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE APRESENTADO NOS TERMOS DO ART. 25, INC. I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993;

3) É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU PESSOAS PRIVADAS; E

4) CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA.

C. SERVIÇO CONTÍNUO:

1) A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SERVIÇO CONTÍNUO NÃO ESTÁ ADSTRITA AO EXERCÍCIO FINANCEIRO;

2) NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, O LIMITE MÁXIMO DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) DEVERÁ CONSIDERAR A POSSIBILIDADE DA DURAÇÃO DO CONTRATO PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES;

3) O EDITAL E O CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVERÃO INDICAR O CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, QUE DEVERÁ SER SOB A FORMA DE REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO, COM PREVISÃO DE ÍNDICE SETORIAL, OU POR REPACTUAÇÃO, PELA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA VARIAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CUSTOS; E

4) O EDITAL E O CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVEM CONTER APENAS UM EVENTO COMO MARCO INICIAL PARA A CONTAGEM DO INTERREGNO DE UM ANO PARA O PRIMEIRO REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO: OU A DATA DA PROPOSTA OU A DATA DO ORÇAMENTO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR.

D. REGISTRO DE PREÇOS:

1) O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE NO MÁXIMO UM ANO, NOS TERMOS DO ART. 15, § 3º, INC. III, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, RAZÃO PORQUE EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA SUA VIGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NO § 2º DO ART. 4º DO DECRETO Nº 3.931, DE 2001, SOMENTE SERÁ ADMITIDA ATÉ O REFERIDO LIMITE, E DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR E QUE A PROPOSTA CONTINUE SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA;

2) NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO; E

3) É VEDADA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUANDO A LICITAÇÃO TIVER SIDO REALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL. (ASSUNTO TAMBÉM ABORDADO NA MENSAGEM SIASG Nº 052391, DE 16 DE ABRIL DE 2009).

E. CONTRATOS:

1) NA ANÁLISE DOS PROCESSOS RELATIVOS À PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CUMPRE AOS ÓRGÃOS JURÍDICOS VERIFICAR SE NÃO HÁ EXTRAPOLAÇÃO DO ATUAL PRAZO DE VIGÊNCIA, BEM COMO EVENTUAL OCORRÊNCIA DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NOS ADITIVOS PRECEDENTES, HIPÓTESES QUE CONFIGURAM A EXTINÇÃO DO AJUSTE, IMPEDINDO A SUA PRORROGAÇÃO;

2) O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PODE SER CONCEDIDO A QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL, DESDE QUE VERIFICADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ELENCADAS NA LETRA 'D' DO INC. II DO ART. 65, DA LEI Nº 8.666, DE 1993;

3) A ALTERAÇÃO DOS INSUMOS DA PLANILHA DE PREÇOS DECORRENTE DE ACORDO, CONVENÇÃO OU DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO SOMENTE PODERÁ SER OBJETO DE PEDIDO DE REPACTUAÇÃO CONTRATUAL; E

4) NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM QUE A MAIOR PARCELA DO CUSTO FOR DECORRENTE DE MÃO-DE-OBRA, O EDITAL E O CONTRATO DEVERÃO INDICAR EXPRESSAMENTE QUE O PRAZO DE UM ANO, PARA A PRIMEIRA REPACTUAÇÃO, CONTA-SE DA DATA DO ORÇAMENTO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR.

F. PAGAMENTO:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART.59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

G. OBRA PÚBLICA:

NA CONTRATAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DEVE ESTABELECECR CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL.

H. IMÓVEIS E LOCAÇÃO:

A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESSENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC. II DO ART. 57, DA LEI Nº DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART.59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.

I. MICROEMPRESAS:

O TRATAMENTO FAVORECIDO DE QUE TRATAM OS ARTS. 43 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, DEVERÁ SER CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO EDITALÍCIA.

J. PASSAGENS:

O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES ENQUADRA-SE NO CONCEITO DE SERVIÇO PREVISTO NO INC. II DO ART. 6º DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

K. REGULARIDADE FISCAL:

A COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS JÁ PRESTADOS, NO CASO DE EMPRESAS QUE DETENHAM O MONOPÓLIO DE SERVIÇO PÚBLICO, PODE SER DISPENSADA EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DESDE QUE PREVIAMENTE AUTORIZADA PELA AUTORIDADE MAIOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE E CONCOMITANTEMENTE, A SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE SEJA COMUNICADA AO AGENTE ARRECADADOR E À AGÊNCIA REGULADORA.

L. PROCESSO ADMINISTRATIVO:

OS INSTRUMENTOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E DEMAIS AJUSTES, BEM COMO OS RESPECTIVOS ADITIVOS, DEVEM INTEGRAR UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEVIDAMENTE AUTUADO EM SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA, NUMERADO, RUBRICADO, CONTENDO CADA VOLUME OS RESPECTIVOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.

3. CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DE QUE SE REVESTEM AS ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) A FIEL OBSERVÂNCIA DOS ASSUNTOS OBJETO DEDIFUSÃO NA PRESENTE MENSAGEM, NA CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARAREALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

BRASÍLIA - DF, 22 DE ABRIL DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário De Economia E Finanças

Em consequência, os senhores Ordenadores de Despesas e os Agentes da Administração das UG vinculadas, tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	A S S U N T O S
SIAFI 2009/0354666	10ª ICFEx	Início das Atividades da 10ª ICFEx
SIAFI 2009/0375372	7ª ICFEx	Títulos protestados no SERASA – Importante
SIAFI 2009/0375755	7ª ICFEx	Despesas – Celeridade na Liquidação
SIAFI 2009/0376112	7ª ICFEx	Alteração do código de retenção da GPS
SIAFI 2009/0381177	7ª ICFEx	CONCONTIR – Equação 016 e 144
SIAFI 2009/0381547	7ª ICFEx	Delaração de Bens e Renda
SIAFI 2009/0394026	7ª ICFEx	SISCUSTOS - Orientação
SIAFI 2009/0393691	7ª ICFEx	Regularização da Conta 21119.99.00
SIAFI 2009/0393790	7ª ICFEx	Créditos sem Sub-repasse – Solicitação para o Fundo do Exército
SIAFI 2009/0415079	7ª ICFEx	CONCONTIR – Orientações para regularizar a Equação 144
SIAFI 2009/0415128	7ª ICFEx	Pagamento de Restos a Pagar processados do Fundo do Exército
SIAFI 2009/0428707	7ª ICFEx	Pagamento de Seguro obrigatório e Licenciamento de Viaturas
SIAFI 2009/0428829	7ª ICFEx	SIPEO – Alteração na Rotina
SIAFI 2009/0428631	SEF	Projeto FRACTAL (Dicas)
SIAFI 2009/0428704	7ª ICFEx	Pesquisa do CPEx – (URGENTE)
SIAFI 2009/0428791	7ª ICFEx	Restos a Pagar de 2005 e 2006 - BLOQUEIO
SIAFI 2009/0448852	7ª ICFEx	Estorno de Doc. Hab. “GD” emitida indevidamente
SIAFI 2009/0448870	SEF	Projeto FRACTAL (ERRATA)
SIAFI 2009/0469793	7ª ICFEx	Despesas com Materiais de Informática
SIAFI 2009/0469864	7ª ICFEx	Criação do Comando Logístico
SIAFI 2009/0469901	7ª ICFEx	Adesão a Ata de Registro de Preços (PROIBIÇÃO)
SIAFI 2009/0469720	7ª ICFEx	Nota Fiscal Eletônica
SIAFI 2009/0470062	7ª ICFEx	Emissão de Empenho (Prorrogação de Prazo)
SIAFI 2009/0470669	7ª ICFEx	Módulo SISME do SIGA (NOVAS TRANSAÇÕES)
SIAFI 2009/0476044	SGS/DGO	Vencimento de Faturas – SGS/DGO
SIAFI 2009/0471168	CPEx	Padronização das MSG SIAFI encaminhadas ao CPEx
SIAFI 2009/0477694	7ª ICFEx	SISCUSTOS (Regularização de Funcionalidade)
SIAFI 2009/0477834	7ª ICFEx	SISCUSTOS (Fórum de Discussão)
SIAFI 2009/0482416	7ª ICFEx	Manual de Orientações aos Agentes da Administração (Edição 2009)

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

1. Aniversário de Organizações Militares (OM):

Esta Chefia e todos os integrantes da 7ª ICFeX cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de abril e maio de 2009:

UG	GUARNIÇÃO MILITAR	DATA
10º D Sup	Fortaleza-CE	02 Abr
EsAEx/CMS	Salvador-BA 05	05 Abr
Pq R Mnt/6	Salvador-BA	06 Abr
Pq R Mnt/10	Fortaleza-CE	07 Abr
6º D Sup	Salvador-BA	17 Abr
C M R	Recife-PE	25 abr
Cmdo 1º Gpt E Cnst	João Pessoa-PB	27 abr
1ª Cia Inf	Paulo Afonso-BA	29 abr
7º B E Cnst	Natal – RN	04 Mai
2º B E Cnst	Teresina - PI	13 Mai
18ª CSM	Ilhéus – BA	17 Mai

2. Informações do tipo “Você sabia ...?”

MOVIMENTAÇÃO

a. na movimentação com desligamento de Organização Militar (OM) e mudança de sede cabe ao militar o direito à ajuda de custo?

b. no afastamento até 15 (quinze) dias é cabível o pagamento de diárias?

c. na movimentação para comissão superior a 15 (quinze) dias, sem desligamento de Organização Militar, cabe, em tese, tanto diárias como ajuda de custo, oportunidade na qual deverá ser aplicado o direito remuneratório de menor valor, conforme solução preconizada no artigo 19, parágrafo único, do Decreto nº 4.307/2002? (Parecer nº 200 CONJUR – MD/2008).

AFASTAMENTOS

• Que os afastamentos iniciados a partir de sexta-feira, bem como os que incluam sábados e domingos, véspera de feriados e feriados devem ser expressamente justificados na Proposta de Concessão de Passagem e Diárias e que a autorização do pagamento pelo Ordenador de Despesas configura a aceitação da justificativa, conforme o previsto no Art. 15 da Port 172-DGP, de 04 Ago 06?

SUPRIMENTO DE FUNDOS

a. quando da emissão do "SF" no subsistema CPR deverá ser utilizado como credor o CPF do agente suprido, exceto para as despesas classificadas em lei como sigilosas e para as quais seja imprescindível a manutenção do sigilo do agente público responsável pelo gasto?

b. as UG devem se abster de emitir "SF" em nome da própria UG para os casos em que a despesa não seja classificada como sigilosa?

c. quando a despesa for classificada como sigilosa, deve-se utilizar uma das situações de suprimento de fundos específicas para tanto (s11; s12; s22; s23)?

RESPONSABILIDADE DE MILITARES NOS PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO.

• Que o assunto em epígrafe, de autoria de Carlos Wellington Leite de Almeida, encontra-se publicado na Revista do TCU nº 111, disponível em:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/Revista0111.pdf

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

ANEXO “A”

JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG
PUBLICADOS EM MARÇO DE 2009

- **Assunto: SERVIÇO CONTÍNUO.** DOU de 13.03.2009, S. 1, p. 148. Ementa: determinação ... para que atenda ao disposto no art. 57, incisos I e II e § 3º, da Lei nº 8.666/1993, observando que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderá ter a sua duração prorrogada por no máximo sessenta meses e somente quando houver previsão no ato convocatório, sendo vedada, ainda, cláusula de renovação automática de contratos (item 1.5.3, TC-010.735/2003-2, Acórdão nº 351/2009-Plenário).

- **Assunto: FUNDAÇÃO DE APOIO.** DOU de 13.03.2009, S. 1, p. 148. Ementa: recomendação ... para que, em complemento ao entendimento firmado no item 9.2.9 do Acórdão nº 2.731/2008-Plenário (determina ao MEC exigência no sentido de que as contratações relativas a projetos classificados como de desenvolvimento institucional impliquem produtos que resultem em melhorias mensuráveis da eficácia e eficiência no desempenho da IFES, com impacto evidente em sistemas de avaliação institucional do MEC e em políticas públicas plurianuais de ensino superior com metas definidas, evitando enquadrar nesse conceito atividades tais como: manutenção predial ou infra-estrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, aquisições e serviços a área de informática, expansões vegetativas ou de atividades de secretariado, serviços gráficos e reprográficos, telefonia, tarefas técnico-administrativas de rotina, como a realização de concursos vestibulares, e que, adicionalmente, não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da IFES), adotem também as orientações das Instruções Normativas/SLTI-MP de nºs 2/2008 e 4/2008, de 30.04.2008 e 19.05.2008, respectivamente, ou outras que vierem a ser editadas com o mesmo fim, para a classificação de serviços passíveis de inserção nas contratações de fundações de apoio com base na Lei nº 8.958/1994 (item 9.2, TC-019.022/2008-8, Acórdão nº 359/2009-Plenário). Os citados normativos da SLTI-MP se encontram disponíveis em: http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in02_30042008.htm
http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/IN04_08.htm

- **Assunto: INIDONEIDADE.** DOU de 19.03.2009, S. 1, p. 80. Ementa: a apresentação fraudulenta de documentação falsa (notas fiscais e atestados), em licitação pública, possibilita ao TCU a declaração de inidoneidade da empresa para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992 (item 1.5.2, TC-024.273/2008-9, Acórdão nº 974/2009-1ª Câmara).

- **Assunto: CONFLITO DE INTERESSES.** DOU de 19.03.2009, S. 1, p. 83. Ementa: determinação ... para que se abstenha de permitir a participação, em certames licitatórios e contratações, de empresas cuja composição societária ou gerencial participem conselheiros ou dirigentes do ... (item 1.5.1.2, TC- 013.702/2006-0, Acórdão nº 998/2009-1ª Câmara).

- **Assunto: LICITAÇÕES.** DOU de 19.03.2009, S. 1, p. 84. Ementa: determinação ... para que inclua o orçamento estimativo em planilhas como anexo ao instrumento convocatório ou, quando for o caso, informe, no próprio ato convocatório, a disponibilidade e os meios pelos quais os interessados poderão obter o referido orçamento, em cumprimento ao disposto no art. 3º, inc. III, da Lei nº 10.520/2002, quando se tratar de licitação por pregão, bem assim o estatuído no art. 40, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, quando se tratar das demais modalidades de licitação, além da jurisprudência da Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos nºs 1.925/2006-Plenário e 114/2007-Plenário item 1.5.1.2, TC- 033.607/2008-4, Acórdão nº 1.009/2009-1ª Câmara).

- **Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO.** DOU de 20.03.2009, S. 1, p. 75. Ementa: determinação ... para que observe a Lei nº 10.520, de 17.07.2002, bem como o Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, quanto à utilização da modalidade de licitação "pregão eletrônico", quando da realização de serviços de engenharia, desde que sejam serviços comuns (item 1.6.1.24, TC-021.447/2006-0, Acórdão nº 832/2009-2ª Câmara).

- **Assunto: CONTRATOS.** DOU de 20.03.2009, S. 1, p. 85. Ementa: determinação ... quanto ao condicionamento da prorrogação de contratos à comprovação, **mediante pesquisa de mercado atualizada e relatório do gestor do contrato**, de que a maior duração contratual proporcionará vantagem de preços e/ou melhores condições para a Administração (item 1.5.1.5, TC-013.124/2007-2, Acórdão nº 892/2009-2ª Câmara).

- **Assuntos: CONTRATOS, CONVÊNIOS e FUNDAÇÃO DE APOIO.** DOU de 20.03.2009, S. 1, p. 92. Ementa: determinação ... para que se abstenha de celebrar contratos e convênios com entidades de direito público ou privado que contenham cláusula que vinculem servidores à execução do instrumento, sem o expresse detalhamento da carga horária para execução dos serviços contratos e declaração da necessária observância de compatibilidade com a jornada dos servidores em efetivo exercício ou cedidos a outros órgãos e entidades, nos termos do art. 19, “caput” e § 1º, da Lei nº 8.112/1990; no art. 14, § 1º, “d”, do Anexo do Decreto nº 94.664/1987; e no art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.958/1994 (item 1.6.1.2, TC- 016.799/2007-0, Acórdão nº 960/2009-2ª Câmara).

- **Assunto: LICITAÇÕES.** DOU de 20.03.2009, S. 1, p. 96. Ementa: determinação ... para que faça constar, quando da elaboração de edital, as diversas possibilidades de uma empresa apresentar planilhas de preços para evitar erros na elaboração de propostas por parte dos licitantes, em especial no que diz respeito às variações das alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (item 1.5.1.1, TC-016.031/2008-3, Acórdão nº 986/2009-2ª Câmara).

- **Assunto: RESTOS A PAGAR.** DOU de 23.03.2009, S. 1, p. 89. Ementa: recomendação à Secretaria do Tesouro Nacional para que realize apuração especial no SIAFI para o cancelamento dos restos a pagar não-processados com vigência expirada e inclusão, nas rotinas de encerramento de exercício, do cancelamento dos referidos restos a pagar (item 9.4, TC-015.759/2008-8, Acórdão nº 449/2009-Plenário).

- **Assunto: DISPENSA DE LICITAÇÃO.** DOU de 23.03.2009, S. 1, p. 90. Ementa: determinação ... para que, em contratações realizadas com dispensa de licitação por emergência, o prazo de vigência do contrato seja fixado dentro dos limites estabelecidos no inc. IV, art. 24 da Lei nº 8.666/1993, bem como que sejam obedecidos os princípios estabelecidos no inc. XXI, art. 37 da Constituição Federal e ao princípio da proporcionalidade; a fixação de prazo superior descaracteriza a urgência e pode ser considerada como fuga à obrigação de licitar (item 9.2, TC-006.183/2005-7, Acórdão nº 454/2009- Plenário).

- **Assunto: SERVIÇO CONTÍNUO.** DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 120. Ementa: determinação ... para que somente proceda à prorrogação de contratos de serviços contínuos quando comprovada ser vantajosa para a Administração, o que deve ser evidenciado com a realização de pesquisa de mercado para serviços similares, conforme preceitua o art. 3º c/c o 57, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.1.6, TC- 011.295/2007-0, Acórdão nº 1.084/2009-1ª Câmara).

- **Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO.** DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 127. Ementa: recomendação ... para que, nos procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico, observe o disposto no § 8º, art. 24 do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, no sentido de, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (item 1.5, TC-017.241/2008-5, Acórdão nº 1.147/2009-1ª Câmara).

- **Assunto: PREGÃO.** DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 127. Ementa: determinação ... para que, ao adotar a modalidade de pregão, observe o disposto no art. 8º, inc. II, do Decreto nº 3.555/2000 quanto à elaboração do termo de referência, o qual deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, e indicar o valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado (item 1.5.1, TC-021.130/2007-4, Acórdão nº 1.150/2009-1ª Câmara).

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 04, de 30 de abril de 2009	Pág 17	
----------	---	--------	--

- **Assunto:** PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 127. Ementa: determinação ... para que atente para o previsto no art. 30 do Decreto nº 5.540/2005, que estabelece que o processo licitatório do pregão eletrônico seja instruído com o termo de referência e planilhas de custos, quando for o caso, entre outros documentos (item 1.5.2, TC-021.130/2007-4, Acórdão nº 1.150/2009-1ª Câmara).

- **Assunto:** LICITAÇÕES. DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 127. Ementa: determinação ... para que estabeleça, nos processos licitatórios da Unidade, critérios de aceitabilidade das propostas dos licitantes, conforme art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666/1993 e art. 9º, inc. IV, do Decreto nº 5.450/2005 (item 1.5.3, TC-021.130/2007-4, Acórdão nº 1.150/2009-1ª Câmara).

- **Assunto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 27.03.2009, S. 1, p. 144. Ementa: determinação ... para que, nos processos licitatórios de contratação direta amparados no art. 24, inc. XI (“na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido”), da Lei nº 8.666/1993, analise os fatores que possam alterar os valores a serem contratados, sanando eventuais irregularidades, antes de convocar alguma das demais licitantes para assumir os contratos rescindidos, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública (item 1.6.1, TC-000.221/2009-5, Acórdão nº 1.096/2009-2ª Câmara).

(Transcrito do BINFO Nº 03/2009, da 12ª ICFEx)